cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.31 06:42:13 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 31 de maio de 2023 • Nº 1571 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

MDIC

1,33 mi de empresas foram abertas até abril

Mais de 1,3 milhão de empresas foram abertas no Brasil entre janeiro e abril de 2023. O tempo gasto para a abertura dessas empresas foi, em média, de 1 dia e seis horas, segundo o Mapa de Empresas – documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). De acordo com o documento, de janeiro a abril deste ano 1.331.940 empresas foram abertas no Brasil. Com isso, há, no país, um total de 21 milhões de CNPJs ativos. Deste total, 93,7% são de microempresas ou empresas de pequeno porte. PÁGINA 2

MONITORAMENTO

Drogas em avião de igreja: PF contradiz Damares Alves

A Polícia Federal divulgou uma nota sobre a apreensão de um avião com 290 kg de maconha no sábado passado, no Pará, em que contradiz a versão dada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) . A aeronave é da Igreja do Evangelho Quadrangular, liderada por Josué Bengtson, tio de Damares. Na segunda-feira passada, após a divulgação da ação da PF, a senadora se manifestou e disse ter sido a própria igreja a responsável por avisar a polícia sobre a carga suspeita na aeronave. "Damares Alves entrou em contato com a família e foi informada que a denúncia à Polícia Federal sobre uma carga suspeita carregada na aeronave foi realizada pelos responsáveis pelo avião, ou seja, pela própria Igreja", afirmou a senadora em sua conta no Instagram. A PF, no entanto, afirma que "a ação foi realizada a partir de informações de inteligência do Núcleo de Polícia Aeroportuária" da corporação. PÁGINA 3

TEXTO-BASE

Câmara aprova marco temporal em nova derrota do governo Lula

LULA MARQUES/ABRASIL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei do marco temporal, em mais uma vitória da bancada ruralista ante a agenda ambiental do governo do presidente Lula (PT). O texto-base do projeto foi aprovado por 283 a 155, sob críticas da Frente Parlamentar Indígena e em meio a protestos de lideranças dos povos em Brasília e de outras cidades. O governo orientou contra a aprovação do texto, "respeitando a pluralidade". O PSB, partido da base de Lula, liberou sua bancada. O texto avançou na Câmara como uma estratégia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) (**foto**), para se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre este tema. A corte marcou para 7 de junho o julgamento sobre o tema, e a tendência é que a tese seja refutada. PÁGINA 3

RODOVIA

Tropa da PM de Tarcísio ataca índios com bombas

PÁGINA 3

BÔNUS ILEGAL

CVM multa ex-chefe da Oi em R$ 170 milhões

PÁGINA 2

INTEGRAÇÃO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Lula defende moeda comum em reunião de líderes da AS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) defendeu ontem, ao lado de 11 líderes sul-americanos, a integração da região e o legado da Unasul (União de Nações Sul-Americanas). Lula disse ainda que os interesses que unem os países "estão acima de divergências ideológicas", uma reação às críticas de que a reativação do órgão responde a um contexto de viés à esquerda na região. "Permitir que as divergências se imponham teria um custo elevado, além de desperdiçar o muito que já construímos conjuntamente", disse o petista. Na linha de discursos anteriores, também propôs a criação de uma "unidade de referência comum para o comércio", para tentar reduzir a dependência do dólar. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -1,24% / 108.967,03 / -1.366,37 / Volume: R$ 23.230.123.242 / Negócios: 3.399.534

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
IRBBRASIL REON NM	38.71	+4.31	+1.60
HAPVIDA ON NM	4.06	+4.10	+0.16
RAIZEN PN N2	3.600	+1.98	+0.070
DEXCO ON NM	8.65	+1.41	+0.12
CCR SA ON NM	13.77	+1.40	+0.19

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
PETZ ON NM	7.24	–3.72	–0.28
CVC BRASIL ON NM	2.98	–3.87	–0.12
SID NACIONALON	12.00	–3.77	–0.47
USIMINAS PNA N1	7.07	–2.88	–0.21
VIBRA ON NM	16.05	–2.43	–0.40

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	64.28	–2.35	–1.55
PETROBRAS PN N2	26.39	–1.12	–0.30
ITAUUNIBANCOPN N1	26.54	–1.41	–0.38
BRASIL ON NM	44.70	+0.86	+0.38
BRADESCO PN N1	15.70	–2.73	–0.44

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.042,78	-0,15
NASDAQ Composite	13.017,425	+0,32
Euro STOXX 50	4.289,9	-0,69
CAC 40	7.209,75	-1,29
FTSE 100	7.522,07	-1,38
DAX 30	15.908,91	-0,27

Salário mínimo	R$ 1.320,00	IGP-M	-1,84% (mai.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA (5)	0,39% (mai.)	Compra: 5,4527	Venda: 5,6327
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(03/05)	13,75%	1,07	até o dia 31/mai.	Compra: 5,0587	Venda: 5,0593
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(31/5)	0,72%	BM&F/grama	R$ 313,10	Compra: 5,0417	Venda: 5,0423
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(05/2023)	0,2423%	Compra: 5,4089	Venda: 5,4096	Compra: 5,0517	Venda: 5,2317

Economia

MERCADOS

Bovespa aprofunda perdas com quedas de Vale e Petrobras

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em queda ontem, ainda pressionada por perdas da Petrobras e da Vale. Ações do setor bancário também puxaram o Ibovespa (Índice Bovespa) para o negativo, após a divulgação de dados que mostram recuo na concessão de crédito e aumento da inadimplência no Brasil.

O Ibovespa caiu 1,24% ontem, a 108.967 pontos, enquanto dólar subiu 0,61%, a R$ 5,042.

Quedas nos contratos futuros do minério de ferro e do petróleo no exterior derrubaram as ações da Vale e da Petrobras, as mais negociadas da sessão, puxando a Bolsa para o negativo. A mineradora teve recuo de 2,35%, e a petroleira, de 1,12%.

O petróleo, que caiu mais de 4%, também foi afetado por incertezas sobre novos cortes na Opep+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados).

Ações do setor bancário também caíram após a divulgação dados que mostram recuo nas concessões de empréstimos e aumento da inadimplência no Brasil. Papéis do Itaú e do Bradesco caíram 1,41% e 2,72%, respectivamente, e acompanharam Vale e Petrobras na lista dos mais negociados do pregão.

Na outra ponta, porém, altas do Banco do Brasil (0,85%), que anunciou a antecipação do pagamento de dividendos, da IRB Brasil (4,31%) e da Hapvida (4,1%) apoiaram o Ibovespa.

Em Nova York, o Nasdaq, mais sensível ao setor de tecnologia, subiu 0,32%. O Dow Jones, porém, teve qu eda de 0,15%, enquanto o S&P 500 manteve-se em estabilidade.

MDIC

Mais de 1,3 mi de empresas foram abertas até abril

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Mais de 1,3 milhão de empresas foram abertas no Brasil entre janeiro e abril de 2023. O tempo gasto para a abertura dessas empresas foi, em média, de 1 dia e seis horas, segundo o Mapa de Empresas – documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

De acordo com o documento, de janeiro a abril deste ano 1.331.940 empresas foram abertas no Brasil. Com isso, há, no país, um total de 21 milhões de CNPJs ativos. Deste total, 93,7% são de microempresas ou empresas de pequeno porte.

Ainda segundo o estudo, 736.977 CNPJs foram encerrados no primeiro quadrimestre do ano. Com isso, o saldo ficou positivo, em 594.963 empresas.

"O total de aberturas foi 21,8% maior do que no quadrimestre anterior e 1,6% menor em relação ao mesmo período de 2022. Já os fechamentos representaram aumento de 34,3% e 34,7%, respectivamente, nas mesmas bases", informou o ministério.

ESTADOS

Em números absolutos, São Paulo foi o estado com mais empresas abertas no quadrimestre, seguido de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Goiás. "Juntos, estes estados concentram 75% das empresas brasileiras", detalha o levantamento.

"Em termos de crescimento percentual, porém, os estados que mais avançaram sobre o quadrimestre anterior, último de 2022, foram Tocantins (34,8%), Mato Grosso (32,9%), Rondônia (29,9%), Paraná (28,2%) e Roraima (27,1%)", acrescenta.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Do total de empresas abertas no país durante o primeiro quadrimestre de 2023, 83,8% são dos setores de comércio e serviços – este último responde por 59,5%.

Os destaques ficaram para atividades de promoção de vendas; comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios; preparação de documentos e serviços de apoio administrativo; cabeleireiros, manicure e pedicure; e obras de alvenaria.

"A liderança de tais atividades se relaciona ao fato de 80,4% dos registros serem de MEIs (microempreendedoras individuais). No primeiro quadrimestre, foram abertas 1.070.506 empresas nesse espectro, aumento de 25,4% em relação ao quadrimestre anterior e queda de 3,1% sobre igual período de 2022", explica o MDIC.

TEMPO MÉDIO

Com relação ao tempo médio gasto para a abertura de empresas, o resultado observado (1 dia e seis horas) representa uma diminuição de 10 horas em relação ao mesmo período de 2022.

O estado onde foi mais rápido fazer o registro de novas empresas foi Sergipe. Lá, em média, são necessárias apenas 7 horas para abrir uma empresa. O estado com maior demora foi São Paulo (2 dias e duas horas).

"Em relação às capitais, Curitiba (PR) e Aracaju (SE) registraram menor tempo de abertura, com média de apenas duas horas. Já Belém do Pará foi a que demandou mais tempo (2 dias e 22 horas), seguido pela cidade de São Paulo (1 dia e seis horas)", informou o MDIC.

De acordo com a diretora do Departamento de Registro Empresarial e Integração (Drei/MDIC), Amanda Souto, a consolidação do tempo médio em cerca de 1 dia mostra a "assertividade das medidas de simplificação para abertura de novas empresas" implementadas pelo governo federal e pelos estados.

"Com o avanço da padronização de procedimentos e fluxo nas 27 unidades federativas, esse indicador tende a cair ainda mais, além de refletir o avanço da digitalização e automatização dos procedimentos necessários para formalizar novos negócios", disse a diretora.

FITCH

Empresas brasileiras com risco de calote mais que dobram

De dezembro de 2022 até este mês de maio, mais do que dobrou o número de empresas brasileiras de capital aberto que foram rebaixadas para o nível de risco de calote pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. Segundo dados obtidos pela reportagem, em cinco meses, subiu de quatro para dez o número de companhias que tiveram seu IDP (Rating de Inadimplência do Emissor, na sigla em inglês) rebaixado para um nível que representa algum risco de crédito.

Pelas notas da Fitch, a partir de "CCC", a companhia já possui um risco substancial de crédito, ou seja, com possibilidade real de calote e margem baixa de segurança. Abaixo de "CCC" vem "CC", seguido por "C", "RD" e "D". A agência não detalhou o motivo do aumento abrupto de empresas brasileiras em risco de calote, nem revelou as companhias que foram rebaixadas. Mas sabe-se que a Americanas faz parte dessa estatística.

Dois dias após a crise que se instalou na varejista pela denúncia de manobra contábil que totalizou um rombo de R$ 20 bilhões na companhia, a Fitch rebaixou a nota da Americanas de "BB", ou seja, com elevada vulnerabilidade para calote, para "CC", em que a inadimplência "de alguma forma parece provável". Depois, a Fitch rebaixou novamente a Americanas para "C" e, por fim, para "D", o que significa que a empresa de fato está inadimplente, após a varejista entrar com pedido de recuperação judicial.

A Light também teve sua nota rebaixada para a zona de risco de calote em fevereiro, quando a empresa anunciou que havia contratado a Laplace Finanças com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital e o mercado de crédito mais restritivo devido à inadimplência da Americanas.

Segundo a Fitch, a confluência desses eventos mostrou uma redução substancial da capacidade do grupo de levantar financiamento para amortizar sua dívida. Após sucessivos rebaixamentos de nota, a agência classificou a Light como "D", seguindo a aprovação do pedido de recuperação judicial da companhia.

Vale ressaltar que em dezembro de 2022 não havia nenhuma empresa brasileira com classificação "D" pela Fitch.

FUSÃO

CVM multa ex-chefe da Oi em R$ 170 milhões por bônus ilegal

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) condenou ontem ex-executivos e conselheiros da operadora Oi por autorizarem o pagamento de bônus irregulares após a aprovação da fusão com a Portugal Telecom, em 2014.

Apadrinhada pelo governo petista, a fusão deu início à derrocada da Oi, que em março deu entrada em seu segundo processo de recuperação judicial. O negócio começou a naufragar após a descoberta de passivos bilionários da Portugal Telecom com empresa coligada.

Presidente da Oi à época, Zeinal Bava recebeu a maior multa, de R$ 169,5 milhões, além de ser impedido de atuar no mercado financeiro brasileiro por dez anos. O valor corresponde a 2,5 vezes o bônus que ele recebeu na época, em valor corrigido pela inflação.

A reportagem não consegui contato com as defesas dos executivos até a publicação deste texto. No processo, eles alegam que receberam os valores pela dedicação extraordinária ao processo de fusão, que teria excedido suas atribuições na companhia.

Segundo a CVM, Bavard não apenas decidiu em benefício próprio, como também determinou o pagamento de bônus ao então diretor financeiro da companhia, Bayard Gontijo, ao então presidente do conselho de administração, José Mauro Ferreira, e a um conselheiro suplente, José Augusto Figueira.

A acusação diz que as bonificações foram aprovadas em trocas de email, sem passar por anuência do conselho de administração nem de assembleia de acionistas, que tem atribuição de aprovar a remuneração dos executivos.

Além disso, os valores ultrapassaram o teto estabelecido para remuneração dos administradores da companhia para aquele ano.

Gontijo foi multado em R$ 24,2 milhões pelo bônus da operação, outro bônus referente ao sucesso de renegociações de dívida dos controladores da Portugal Telecom e por ter aprovado a divulgação do balanço da companhia sem identificação dos pagamentos.

José Mauro Cunha foi multado em R$ 4,1 milhões por receber bônus irregular, aprovar o pagamento aos diretores e as demonstrações financeiras; e Figueira, em R$ 1,7 milhão pelo recebimento irregular.

Então membros do conselho de administração, Renato Torres de Faria e Fernando Magalhães Portella receberam multas de R$ 700 mil pela aprovação dos pagamentos dos bônus e das demonstrações financeiras com informações incorretas.

As investigações foram iniciadas em 2016 e o relatório de acusação foi divulgado apenas em 2019. Bava tentou um acordo para encerrar o processo, propondo-se a pagar R$ 300 mil, mas a proposta não foi aceita.

Ainda nesta terça, a CVM julga outro processo relacionado a abuso do poder de controle na aprovação da fusão. A acusação pede a condenação de 21 executivos e oito empresas e fundações que formaram o bloco de controle.

Os dois maiores acionistas, Andrade Gutierrez, a Jereissati Telecom, e a própria Portugal Telecom (hoje Pharol), teriam sido os maiores beneficiados, segundo as investigações.

Acusa também o BNDES e fundos de pensão dos empregados do Banco do Brasil, da Petrobras, da Caixa Econômica Federal, que faziam parte do bloco de controle, por fazerem parte da estrutura abusiva e votar em benefício dos controladores.

Além disso, diz a CVM, a cúpula da Oi tinha conhecimento de passivos podres da Portugal Telecom e não alertou aos demais acionistas. Parte dos ativos eram títulos de empresas do controlador da telefônica portuguesa, o grupo Espírito Santo, que acabou pedindo falência logo depois da operação, empurrando novas dívidas para o balanço da Oi.

A fusão entre as duas empresas foi vendida pelo governo como a criação supertele transnacional, com negócios no Brasil, em Portugal e na África. Três anos depois, a companhia fez o seu primeiro pedido de recuperação judicial, com dívida de R$ 65 bilhões, em valores da época.

Nota

GP-M REGISTRA QUEDA DE PREÇOS DE 1,84% EM MAIO

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou deflação (queda de preços) de 1,84% em maio deste ano. A queda é mais acentuada do que a observada em abril, quando apresentou deflação de 0,95%. Na comparação com maio de 2022, houve inflação (alta de preços) de 0,52%. Com o resultado, o IGP-M acumula queda de preço de 2,58% desde o início do ano. Em 12 meses, a deflação acumulada chega a 4,47%. Em maio do ano passado, o índice acumulava inflação de 10,72% em 12 meses. A queda da taxa de abril para maio foi puxada pelos preços no atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que registrou deflação de 2,72%, a maior queda de preços da série histórica. Em abril, a deflação havia sido de 1,45%. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por outro lado, registraram, em maio, altas de preços mais expressivas do que as taxas de inflação de abril.

NDB

Banco do Brics discute inclusão de novos membros, diz Haddad

PEDRO PEDUZI/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que, na reunião com governadores do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), foram tratados temas como a inclusão de novos membros no grupo, bem como estratégias de investimentos voltados à transição ecológica.

Haddad lembrou que a reunião virtual foi a estreia da ex-presidenta Dilma Roussef no banco dos Brics, bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia,China e África do Sul.

EXPANSÃO

"Os governadores apresentaram, na verdade, suas considerações sobre a agenda do banco", disse Haddad.

"Foi falado genericamente da necessidade de expandir os fundos; estudar a inclusão de novos membros; e focar os investimentos em questões estratégicas, sobretudo investimentos no chamado Sul Global, voltados para a questão da transição ecológica", acrescentou.

Perguntado sobre se o banco ofereceria garantias para empréstimos a investidores brasileiros que vendem para a Argentina, o ministro disse que "não houve espaço" para debates sobre este tema.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 20º 16º 95% 06:41 17:28 **OUTONO:** Chuvoso durante o dia e à noite.

IGREJA

Drogas: PF contradiz Damares e diz que avião era monitorado

A Polícia Federal divulgou uma nota sobre a apreensão de um avião com 290 kg de maconha no sábado passado, no Pará, em que contradiz a versão dada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) .

A aeronave é da Igreja do Evangelho Quadrangular, liderada por Josué Bengtson, tio de Damares. Na segunda-feira passada, após a divulgação da ação da PF, a senadora se manifestou e disse ter sido a própria igreja a responsável por avisar a polícia sobre a carga suspeita na aeronave.

"Damares Alves entrou em contato com a família e foi informada que a denúncia à Polícia Federal sobre uma carga suspeita carregada na aeronave foi realizada pelos responsáveis pelo avião, ou seja, pela própria Igreja", afirmou a senadora em sua conta no Instagram.

A PF, no entanto, afirma que "a ação foi realizada a partir de informações de inteligência do Núcleo de Polícia Aeroportuária" da corporação.

A Folha de S.Paulo apurou que já havia um monitoramento dos policiais federais após informações sobre a suspeita do uso irregular da aeronave da Igreja.

Sobre a manifestação da senadora, a PF diz que não comenta investigações em andamento e que "não se manifesta sobre declarações de pessoas, representantes ou autoridades de outras instituições."

A Igreja do Evangelho Quadrangular, do Pará, assumiu ser dona do avião apreendido com 290 kg de skunk, um tipo de maconha, no Aeroporto Internacional de Belém.

De acordo com o deputado federal Paulo Bengtson (PTB-PA), filho do líder da igreja, um homem que prestava serviços nos hangares de aviação privada carregou o avião, o monomotor Bonanza, com a droga.

À reportagem o parlamentar também seguiu a linha da senadora e disse que, assim que souberam do ocorrido, os religiosos denunciaram o caso à PF.

"Durante a noite do dia 26, o acusado entrou no recinto e carregou o avião. Fomos avisados pelos seguranças e imediatamente acionamos a PF", disse Bengtson, que afirmou só ter tido ciência da droga depois da ação da polícia.

"Soubemos que o avião havia sido carregado durante a noite, o conteúdo da carga soubemos após acionarmos a PF e a mesma deflagrar a operação", declarou.

O homem, que não teve a identidade revelada, foi preso em flagrante pela Polícia Federal. Ele foi autuado por tráfico interestadual de drogas. A aeronave foi apreendida, assim como o celular do preso. Já o piloto do avião não foi preso, pois, conforme informou a PF em nota, "não foi verificada participação dele no crime".

TEXTO-BASE

Câmara aprova marco temporal em nova derrota do governo Lula

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei do marco temporal, em mais uma vitória da bancada ruralista ante a agenda ambiental do governo do presidente Lula (PT).

O texto-base do projeto foi aprovado por 283 a 155, sob críticas da Frente Parlamentar Indígena e em meio a protestos de lideranças dos povos em Brasília e de outras cidades.

O governo orientou contra a aprovação do texto, "respeitando a pluralidade". O PSB, partido da base de Lula, liberou sua bancada.

Os deputados ainda precisam votar destaques ao texto, que, depois, segue para o Senado.

O projeto foi eleito como prioridade da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) nas últimas semanas, após a vitória no relatório da medida provisória dos ministérios - que desidratou as pastas de Marina Silva (Meio Ambiente) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas).

A tese do marco, defendida pela FPA, determina que as terras indígenas devem se restringir à área ocupada pelos povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os indígenas refutam a ideia e argumentam que, pela Constituição, têm direito a seus territórios originais, não limitados por uma determinada data.

Na segunda-feira passada e ontem a Frente Parlamentar Indígena tentou convencer o relator do texto, Arthur Maia (União Brasil-BA) a fazer alterações, em especial em dois artigos: um que define a política de contato a povos isolados e outro que diz que a demarcação pode ser revista em caso de "alteração dos traços culturais" da comunidade.

Maia, no entanto, não acatou essas mudanças propostas e manteve o projeto como estava no seu relatório.

O texto avançou na Câmara como uma estratégia do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para se antecipar ao julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre este tema. A corte marcou para 7 de junho o julgamento sobre o tema, e a tendência é que a tese seja refutada.

Antes da votação, o relator Arthur Maia afirmou que a discussão serve como sinalização à corte.

"Espero que o Supremo tenha a sensibilidade de [ver] que o processo está andando aqui na Casa, e andando aqui na Casa, não tem sentido o Supremo cumprir um papel que é da Câmara", afirmou Maia.

O presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR), disse que "o Congresso foi omisso por muito tempo", o que abriu brecha para que o tema passasse a ser deliberado pelo STF.

CEARÁ

Justiça Eleitoral cassa 4 deputados do PL por fraude a cota de gênero

O Tribunal Regional Eleitoral do Ceará cassou quatro deputados estaduais do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, sob acusação de fraude à cota de gênero nas eleições do ano passado. Cabe recurso e os deputados permanecem no cargo até o julgamento do processo em última instância.

A decisão cassou toda a chapa do PL que disputou as eleições para a Assembleia legislativa incluindo os quatro deputados eleitos: Carmelo Neto, Marta Gonçalves, Dra. Silvana e Pastor Alcides Fernandes.

Na votação, que ocorreu em sessão de julgamento ontem, a maioria dos membros do TRE considerou que o PL cometeu fraude à cota de gênero. Foram três contrários à cassação, incluindo relator, quatro votos favoráveis. A ação foi movida pelo diretório do PT no Ceará.

A legislação eleitoral exige que as chapas dos partidos nas disputas proporcionais tenham ao menos 30% das vagas ocupadas por mulheres. Em sua decisão, o TRE considerou que o PL teria ao menos sete "candidaturas fantasmas" de mulheres visando burlar a lei.

Carmelo Neto e Alcides Fernandes são conhecidos pela proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com 21 anos, Carmelo foi deputado estadual mais votado para a Assembleia Legislativa do Ceará em 2022 com 118 mil votos e é conhecido como um dos influenciadores mais ativos do campo bolsonarista.

Pastor da Assembleia de Deus, Alcides Fernandes é pai do deputado federal André Fernandes, autor do requerimento da CPI do 8 de janeiro, e investigado pela Polícia Federal por suspeita de incitar os ataques golpistas promovidos em Brasília por apoiadores de Bolsonaro.

RODOVIA

'PM de Tarcísio' ataca índios com bombas de gás e balas de borracha

A Tropa de Choque da Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar o protesto de indígenas Guaranis que desde as 5h30 desta terça-feira bloqueavam as cinco faixas da rodovia dos Bandeirantes (sentido capital), em reação à votação do projeto de lei do marco temporal, o PL 490, votado ontem na Câmara dos Deputados.

Cerca de 100 indígenas e apoiadores, que faziam vigília desde segunda-feira na Terra Indígena Jaraguá, na zona norte de São Paulo, desceram da aldeia principal, na altura do km 20 da rodovia dos Bandeirantes, com faixas contra a PL 490 e material inflamável, interditando a via com pneus em chamas.

De acordo com o coronel da PM Carlos Forner, a atuação do Choque foi necessária porque as negociações não avançaram. "Depois de três horas de negociação, não conseguimos evoluir. A ação da polícia foi um sucesso", afirmou.

A ofensiva da polícia contra os manifestantes começou por volta das 8h30, e às 9h30 a estrada havia sido liberada.

De acordo com a Autoban, concessionária que administra a rodovia, houve congestionamento em Jundiaí (SP), entre os km 60 e 49 da rodovia dos Bandeirantes. Reflexo do bloqueio também foi sentido na rodovia Anhanguera, com trânsito parado entre os km 14 e 11, em São Paulo.

O marco temporal institui a tese segundo a qual as terras indígenas devem se restringir à área ocupada pelos povos na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Os indígenas rejeitam esse argumento e afirmam que, pela Constituição, lhes é de direito seus territórios originais. Desde a última quarta-feira, o PL tramita em caráter de urgência.

"Se perdermos, vamos, por assim dizer, para o 'tudo ou nada'. A gente pode perder vidas com isso, mas é a guerra que a gente vai lutar", disse Matheus Werá, uma das lideranças da terra Indígena Jaraguá.

Durante o protesto, mulheres, homens e crianças iniciaram o bloqueio na pista com cordões e barricadas de bambu, sempre entoando cânticos indígenas.

A PM chegou ao local por volta das 6h, com viaturas e motos. Às 7h30, após duas horas de manifestação, lideranças indígenas começaram a negociar com a Polícia Militar Rodoviária a liberação da passagem de motociclistas, ambulâncias e pessoas que eventualmente passassem mal por causa da fumaça das chamas dos pneus.

Com a intermediação de advogadas da Comissão Guarani Yvyrupa, que davam suporte aos manifestantes, a negociação resultou, inicialmente, na liberação de uma faixa da rodovia, mas o trânsito continuou parado.

A líder indígena Ara Poty, do Jaraguá, concordou em liberar parte do tráfego com a condição de ser acompanhada pelos policiais até a marginal Tietê, como havia sido previsto pelos manifestantes.

De acordo com o tenente da Polícia Militar Rodoviária Thiago Ribeiro, contudo, os agentes aceitam garantir a segurança dos manifestantes até a marginal Tietê somente com a liberação de pelo menos três faixas da rodovia.

Após a dispersão do protesto, Ara Poty criticou o uso de gás lacrimogêneo contra os manifestantes, o que fez ao menos duas crianças passarem mal. Ela endereçou as críticas ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Você (Tarcísio) é um anti-indígena. Mandou seu povo (PMs) nos expulsar de uma manifestação pacífica. A tua polícia estava armada até os dentes", disse a líder indígena. Mais cedo, a SSP (Secretaria da Segurança Pública) afirmou, em nota, que estavam sendo empregados "todos os meios necessários para manter a segurança da população, a fluidez do trânsito e o direito à livre manifestação".

O protesto da comunidade indígena do Jaraguá é uma reação dos povos originários à votação do projeto de lei do marco temporal, o PL 490. A Câmara dos Deputados pode votar ainda nesta terça o projeto que restringe as terras indígenas às áreas ocupada na data da promulgação da Constituição de 1988.

Após deputados aprovarem a urgência do projeto na última quarta-feira, lideranças indígenas cobram resposta do governo federal diante do esvaziamento da política ambiental, que ameaça desmantelar o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas.

Lideranças da Terra Indígena do Jaraguá, em São Paulo, afirmam que o bloqueio da rodovia tem como objetivo chamar atenção para a "mudança na história do Brasil" que a aprovação do PL 490 possivelmente representa.

Segundo Werá, Guaranis de outras três aldeias do município de Mongaguá (Baixada Santista) e da Reserva Indígena Gwyra Pepo, em Taperí (SP), se deslocaram de ônibus e vans para se somar à vigília e ao bloqueio.

O marco temporal, se aprovado, acumula nova derrota de Lula na pauta ambiental –já prejudicada pelo avanço da medida provisória que reestrutura os ministérios e tira a demarcação de terras do Ministério dos Povos Indígenas.

Nota

FILHA DE PINTORA SUÍÇA É SALVA APÓS MESES EM CATIVEIRO

Uma idosa de 67 anos, filha de uma pintora suíça, foi resgatada de um cativeiro em Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro. No local, havia cerca de 300 quadros pintados pela mãe da vítima. A vítima, chamada Dolores, foi achada em uma casa fechada, sem geladeira, com alimentos escassos e impróprios para o consumo. Dolores ficou em cativeiro por mais de seis meses. As necessidades básicas dela, que também tem nacionalidade suíça, não eram supridas, segundo o delegado Marcello Russo. Alguns dos 300 quadros da mãe da vítima achados no local pertencem ao Museu Nacional da Suíça. As obras serão periciadas.

DIFAMAÇÃO

STF manda Rio rejulgar ação do PSOL contra Carlos '02'

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Justiça do Rio de Janeiro deverá julgar novamente uma queixa-crime do PSOL contra o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) (**foto**). A decisão foi proferida na última sexta-feira pelo plenário virtual do colegiado.

CAIO CÉSAR/CMRJ

O vereador é acusado de difamação por publicar nas redes sociais três mensagens que relacionaram o PSOL e o então deputado federal Jean Wyllys ao atentado a faca contra Jair Bolsonaro, em 2018. A Justiça do Rio rejeitou a acusação.

Ao julgar um recurso protocolado pelo partido, o colegiado, por maioria de votos, confirmou decisão individual proferida em fevereiro deste ano pelo ministro Gilmar Mendes. Na ocasião, o ministro entendeu que a decisão que beneficiou o vereador levou em conta apenas uma das três postagens feitas no Twitter, desconsiderando o conteúdo integral de provas.

NESTA QUARTA-FEIRA

Câmara de SP diz que vai votar Plano Diretor

A Câmara Municipal de São Paulo anunciou que vai votar o projeto de revisão do Plano Diretor hoje, mesmo diante de protestos de especialistas e de uma ação na Justiça que pede a paralisação do andamento da proposta. A lei é o que orienta o crescimento da cidade.

O presidente da Casa, Milton Leite (União Brasil), e os vereadores encarregados da revisão do plano criticaram o Ministério Público, que entrou com a ação na Justiça contra a votação.

Leite disse que o substitutivo apresentado pelo relator do projeto, vereador Rodrigo Goulart (PSD), será colocado para a 1ª votação sem alterações -a proposta precisa ser aprovada duas vezes em plenário para ir à sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB). Segundo o presidente da Câmara, mudanças no texto só serão debatidas após essa aprovação.

As oito audiências ocorrerão entre as votações de primeiro e segundo turno -para esta, ainda não há data definida. Ele justificou que é necessário ter um eixo comum do projeto com o qual todos os vereadores concordem, mas que será possível retirar, acrescentar e substituir pontos no texto entre as duas votações.

"Teremos uma primeira definição da Câmara, daquilo que ela está pensando. A partir daí nós abrimos o diálogo, pela relatoria, naquilo que é possível fazer de mudanças específicas", disse o presidente da Casa.

OUTONO: Sol com nuvens e pancadas de chuva à tarde. À noite tempo chuvoso. Manhã Tarde Noite 26º 18º 65% 06:24 17:16

CULTURA

Biblioteca Nacional vai receber R$ 30 mi em investimentos este ano

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) vai receber, este ano, investimentos de R$ 30 milhões, anunciou a ministra da Cultura, Margareth Menezes, ao dar posse, ontem, no Rio de Janeiro, ao novo presidente do órgão, professor Marco Lucchesi. De acordo com a ministra, será a primeira vez que a Biblioteca Nacional receberá investimento desse porte. Os recursos se destinam a incentivar o setor, que é tão importante para os brasileiros, destacou Margareth Menezes.

"Sendo que a nossa biblioteca tem mais de 1 milhão de visitações ao ano. Isso é uma coisa belíssima. Queremos incentivar a cultura brasileira e a Biblioteca Nacional", disse ela. Os R$ 30 milhões serão direcionados à modernização do prédio anexo da biblioteca, destinado a abrigar parte dos 10 milhões de obras que compõem o acervo da instituição, em especial a coleção de periódicos.

Durante a solenidade de posse, a ministra da Cultura disse que a ideia é ampliar o acesso à cultura para outros territórios. "O Brasil precisa ter também esse conhecimento que existe e faz parte da formação da sociedade brasileira, da sua identidade." A ideia é incluir as colaborações das culturas indígenas e afro-brasileira na Biblioteca.

"Porque a literatura e a arte são complacentes, elas se expandem a cada geração com as suas contribuições. E essa memória é importante para nós que estamos em um processo de reconstrução da democracia, da luta contra o racismo, da luta contra a discriminação. É preciso contemplar a memória dos povos originários e do povo negro na construção da sociedade brasileira", afirmou Margareth Menezes.

CONHECIMENTO

A ministra destacou que, "para este momento", não poderia ser escolhida uma pessoa melhor para a presidência. "Pela concepção que ele (Marco Lucchesi) tem, pelo trabalho que ele também já começava a fazer, contemplando os presidiários, pesquisas importantes dentro das comunidades indígenas, um trabalho que não vem de agora. Então, nós vimos aí a oportunidade de trazer (para a FBN) alguém que tem, pelo seu sentimento, e pelo conhecimento técnico e (de) gestor (sobre) como funciona essa Biblioteca Nacional. É importante a gente poder contar com quem já conhece para fazer essa retomada. Estamos reconstruindo. E nada melhor para um momento de reconstrução do que você trazer um trabalho que já existe como pesquisa para fazer realmente acontecer."

O presidente da FBN declarou sua alegria de ter no país um "ministério sensível e uma ministra que compreende de fato a diversidade do sistema MinC". Lucchesi se referiu à responsabilidade que lhe compete de ampliar o acesso à biblioteca digital, que é "exemplar para o mundo e para a América Latina". Ao mesmo tempo, ele pretende expandir o dossiê técnico das terras quilombolas, das línguas múltiplas praticadas no país e da pluralidade.

Marco Lucchesi destacou que, embora a ministra não soubesse do seu discurso, nem ele do dela, os dois estão "afinados com a perspectiva republicana mais ampla, com o país". Ele pretende ampliar os diálogos com as bibliotecas dos países africanos, que foram interrompidos. "É um trabalho que a Biblioteca Nacional já tem alguns acordos. Nós estamos ampliando esses acordos, olhando também para a América Latina." A Biblioteca Nacional cuida mais diretamente de algumas bibliotecas da América Latina, em países como Uruguai, Equador e Bolívia.

DIPLOMACIA

Lucchesi assinou também acordo com a Marinha do Brasil para levar os livros da Biblioteca Nacional para bibliotecas em outros países. "Essa é a nossa tarefa. E aí a gente faz a diplomacia do livro: a gente une povos, sonhos e crenças e o Brasil fica mais forte, não para liderar o que quer que seja, mas [para], como irmãos, partilharmos o mesmo desejo". A Biblioteca Nacional possui 72 quilômetros de prateleiras com acervo, salientou Marco Lucchesi. "Esta é a casa da cidadania", ressaltou. A cerimônia de posse de Marco Lucchesi teve como atração artística a Orquestra de Cordas de Volta Redonda.

Foi anunciada também durante a cerimônia a criação de uma nova categoria dentro do Prêmio Literário Biblioteca Nacional - o Prêmio Akuli. O novo prêmio objetiva a fixação de cantos ancestrais e narrativas da oralidade, recolhidos no Brasil, entre povos originários, ribeirinhos e de matrizes culturais. O edital será lançado em junho. A premiação será de R$ 30 mil para o trabalho vencedor. Akuli era a alcunha de Moseuaípu, jovem sábio da comunidade Arekuná. Íntimo dos saberes da floresta, foi um exímio narrador de histórias ancestrais. A literatura oral sobre Macunaíma, que Akuli transmitiu ao cientista alemão Theodor Koch-Grünber, foi determinante para a obra de Mário de Andrade.

FBN

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é um órgão público federal vinculado ao Ministério da Cultura (MinC). A fundação inclui a Biblioteca Nacional, mais antiga instituição brasileira e maior biblioteca da América Latina, além da Biblioteca Euclides da Cunha (BEC) e a Casa de Leitura.

Inaugurada em 1810 por D. João VI, a Biblioteca Nacional ocupa, desde 1910, o prédio localizado na Avenida Rio Branco, número 219, na Cinelândia, região central do Rio de Janeiro. É considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo.

INTEGRAÇÃO

Lula defende moeda comum em reunião de líderes da AS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu ontem, ao lado de 11 líderes sul-americanos, a integração da região e o legado da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

Lula disse ainda que os interesses que unem os países "estão acima de divergências ideológicas", uma reação às críticas de que a reativação do órgão responde a um contexto de viés à esquerda na região.

"Permitir que as divergências se imponham teria um custo elevado, além de desperdiçar o muito que já construímos conjuntamente", disse o petista. Na linha de discursos anteriores, também propôs a criação de uma "unidade de referência comum para o comércio", para tentar reduzir a dependência do dólar.

A declaração aconteceu na abertura do encontro com representantes de todos os países da América do Sul, em Brasília, uma iniciativa do próprio Lula na busca de um novo modelo de integração regional.

Lula também usou a fala de abertura para se referir aos ataques golpistas de 8 de janeiro, quando as sedes dos três Poderes no Brasil foram depredadas por bolsonaristas, ao dizer que as ofensivas a instituições democráticas "ofereceram uma trágica síntese da violência de grupos extremistas, que se valem de plataformas digitais para promover campanhas de desinformação e discursos de ódio".

Participam da reunião Alberto Fernández (Argentina), Luís Arce (Bolívia), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Guillermo Lasso (Equador), Irfaan Ali (Guiana), Mário Abdo Benítez (Paraguai), Chan Santokhi (Suriname), Luís Lacalle Pou (Uruguai) e Nicolás Maduro (Venezuela).

Apenas a presidente do Peru, Dina Boluarte, não compareceu à reunião, por estar legalmente impedida de deixar o país. Ela foi representada pelo presidente do Conselho de Ministros, Alberto Otárola.

O governo brasileiro buscava inicialmente relançar a Unasul, mas hoje há resistência de alguns países que consideram o organismo guiado apenas por ideologia. O órgão foi lançado em 2008, em um período considerado a época de ouro da esquerda sul-americana. Além de Lula, eram presidentes na ocasião alguns dos expoentes dessa corrente na região, como Cristina Kirchner (Argentina) e Hugo Chávez (Venezuela). O objetivo era criar um mecanismo regional sem a influência dos Estados Unidos.

O petista fez diversas referências à Unasul em seu pronunciamento e defendeu o legado da entidade, classificado por ele de "patrimônio coletivo". "Lembremos que ela (a Unasul) está em vigor. Sete países ainda são membros plenos. É importante retomar seu processo de construção." Apesar do aceno, afirmou também que é necessário "avaliar criticamente o que não funcionou e levar em conta essas lições", num reconhecimento das dificuldades para chegar a um consenso em torno do relançamento da organização.

Lula afirmou ainda que não pretende dizer aos países qual será o formato de integração, mas defendeu "mecanismos de coordenação flexíveis, que confiram agilidade e eficácia na execução de iniciativas". Nesse sentido, sugeriu que o modelo de integração não seja regido pela regra de consenso em todas as suas decisões, mas que ela se aplique apenas a "temas substantivos". Para o presidente brasileiro, isso é importante para evitar que "impasses nas esferas administrativas paralisem nossas atividades".

Ao final de sua fala, Lula propôs ainda a mobilização de bancos de fomento como CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina), Fonplata (Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata) e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); convergência regulatória; ação coordenada para o combate à crise climática; reativação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde; constituição de um mercado sul-americano de energia e investimento na mobilidade regional de estudantes e pesquisadores, além da retomada da cooperação na área de Defesa.

Dada a resistência à Unasul, Lula já vem amenizando o discurso e trabalha com a possibilidade de criação de um novo órgão ou mesmo um fórum de discussões permanente. O líder brasileiro inclusive já havia diminuído as expectativas de um anúncio mais concreto ao fim do encontro desta terça-feira.

Durante reunião com Maduro, na segunda-feira passada, o petista afirmou que a cúpula "não decide nada" e é "uma prospecção de possibilidade". Afirmou ainda que a própria Unasul foi discutida por mais de quatro anos antes de se concretizar. "A ideia central é que precisamos formar um bloco para trabalharmos juntos, na questão econômica, de investimento, de meio ambiente. Isso não é difícil porque temos mais ou menos os mesmos problemas. Então eu penso que vamos ter sucesso amanhã na primeira reunião", disse Lula.

Logo após o petista, o presidente da Argentina, Alberto Fernández criticou durante a reunião o processo de desarticulação na América Latina, argumentando que ela segue uma lógica imposta pelos EUA. "Acabamos de vivenciar um processo impressionante de desarticulação na América Latina. Não posso deixar de mencionar como foram [para a região] os anos de Donald Trump na Presidência dos EUA."

O líder argentino também afirmou que o Grupo de Lima, fórum criado e integrado por quase todos os países da região durante o período de governos liderados por nomes mais à direita, tinha o único propósito de realizar uma "intervenção militar em um país sul-americano", uma referência à Venezuela.

DRONES

Moscou sofre maior ataque desde começo da Guerra da Ucrânia

A Rússia acusou a Ucrânia de lançar ontem o maior ataque contra Moscou desde o começo da guerra no Leste Europeu, há 15 meses. Em uma rara ofensiva na capital, ao menos oito drones deixaram duas pessoas feridas e provocaram danos em edifícios residenciais, segundo autoridades.

O ataque atingiu algumas das áreas mais ricas de Moscou, incluindo uma região no oeste da capital onde o presidente russo, Vladimir Putin, tem uma casa. O ministro da Defesa da Rússia, Serguei Shoigu, descreveu a ação como ataque terrorista realizado pelas forças ucranianas contra alvos civis.

O Ministério da Defesa da Rússia afirmou que oito drones lançados por Kiev foram abatidos ou desviados. Destroços que caíram sobre a cidade provocaram incêndios e danificaram prédios residenciais. Ao menos duas pessoas ficaram feridas, e edifícios inteiros foram esvaziados, segundo a prefeitura da capital russa.

No Telegram, o canal Baza, vinculado ao Kremlin, disse que a ofensiva foi ainda maior: mais de 25 equipamentos teriam invadido o espaço aéreo de Moscou. Moradores contaram que ouviram fortes estrondos e sentiram cheiro de gasolina. Vídeos publicados nas redes sociais mostram a população alarmada diante do ataque. Algumas gravações mostram os drones sendo interceptados.

A ofensiva provocou forte repercussão na Rússia. O parlamentar russo Maxim Ivanov disse este é o ataque mais grave sofrido por Moscou desde a Segunda Guerra Mundial e que a população terá de se adaptar ao que chamou de nova realidade. "Ou você derrotará o inimigo com a nossa pátria, ou a vergonha da covardia e a traição sucumbirão a sua família", afirmou.

Na mesma sessão do Parlamento russo, Alexandr Khinshtein pediu o fortalecimento "radical" das defesas russas. "A sabotagem e os ataques terroristas da Ucrânia só vão aumentar", disse.

Mikhailo Podoliak, assessor presidencial ucraniano, negou o envolvimento de Kiev no ataque em Moscou, mas ironizou o episódio e disse que o país invadido está "satisfeito em assisti-lo".

O ataque em Moscou ocorreu após a Rússia intensificar os bombardeios contra Kiev, com o uso de mísseis e também de drones. A capital da Ucrânia foi atingida pelo terceiro dia consecutivo nesta terça. Segundo autoridades ucranianas, as ofensivas russas na cidade têm sido frequentes e tentam manter a população em profunda tensão psicológica antes de uma esperada contraofensiva no front da guerra.

Moscou, localizado a mais de mil quilômetros da Ucrânia, poucas vezes foi alvo de ataques desde o começo da guerra. A ofensiva desta terça, contudo, é a segunda com o uso de drones na capital russa em menos de um mês.

No último dia 3, dois drones foram lançados em direção à residência de Putin no Kremlin. Os artefatos, segundo Moscou, foram interceptados pelos sistemas de defesa antiaérea, e nenhum dos prédios sofreu danos, embora fragmentos dos equipamentos, ainda na versão russa, atingiram a área. Ninguém ficou ferido.

CUSTOS

Emissão de visto americano de turismo fica mais cara; taxa sobe para US$ 185

A emissão do visto de turismo americano (categoria B1/B2) ficou mais cara a partir desta terça-feira. A taxa que era de US$ 160 (R$ 799) subiu para US$ 185 (R$ 924), um acréscimo de R$ 125.

Segundo o governo americano, o reajuste busca balancear as receitas com os custos dos atendimentos, cuja demanda "está se recuperando significativamente mais rápido do que o previsto anteriormente".

Outras categorias também tiveram aumento: os documentos de trabalho temporário (categorias H, L, O, P, Q e R) passaram de US$ 190 (R$ 949) para US$ 205 (R$ 1.024), e os vistos de investidor (categoria E), de US$ 205 (R$ 1.024) para US$ 315 (R$ 1.573).

O aumento ocorre em um momento em que os solicitantes enfrentam filas para a primeira emissão do visto de turista, que atualmente é de 610 dias em São Paulo. Nos consulados americanos em outras cidades, a espera é ligeiramente menor: 493 dias em Brasília, 463 dias no Rio de Janeiro e 449 dias em Recife. Quem precisa apenas renovar um documento já concedido pega uma fila menor, de cerca de 80 dias em São Paulo.

Nota

DETRAN DO RIO PRORROGA PRAZO DE LICENCIAMENTO ANUAL DE VEÍCULOS EM 2023

O Detran.RJ prorrogou os prazos para o licenciamento anual de veículos de 2023. O novo calendário foi publicado ontem no Diário Oficial do Estado. Para os veículos com final de placa 0, 1 e 2, o prazo de licenciamento, que antes terminava hoje, vai agora até 30 de setembro de 2023. Para os veículos com final de placa 3, 4 e 5, o pagamento pode ser feito até 31 de outubro de 2023. E para os veículos com final de placa 6, 7, 8 e 9, o prazo final passa a ser 30 de novembro de 2023. O licenciamento é 100% digital. Para obter o documento de 2023, basta pagar no banco a GRT (Guia de Regularização de Taxas), obtida no site do Bradesco (www.bradesco.gov.br). Após a compensação do pagamento, o documento digital, chamado CRLV-e, fica disponível para o usuário no aplicativo Carteira Digital de Trânsito ou no Posto Digital do Detran.RJ, que pode ser acessado pelo site do departamento (www.detran.rj.gov.br) ou pelo aplicativo Posto Digital.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

Costazul Alimentos Ltda – CNPJ 17.493.338/0003-97 torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS, através do processo nº 14/200223/2016 a renovação de sua Licença de Operação nº 002281/2018 para a Estação de Tratamento de Esgotos e grupo de geradores de energia elétrica do empreendimento situado à Avenida Cesário de Melo, 5.400 – Campo Grande/RJ.

NOTIFICAÇÃO

A **SPE MARICÁ 1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 15.068.573/0001-24, neste ato representada por seu administrador, Leonardo de Almeida Tosini, vem, NOTIFICAR os Promitentes Compradores do **Empreendimento SOLARIS**, situado na Estrada dos Cajueiros, bairro Inoã, município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro, Lote a seguir discriminado informando o débito existente: Lote 1 da quadra A - José Augusto Santana de Oliveira, débito de R$ 45.270,28 (quarenta e cinco mil e duzentos e setenta reais e vinte e oito centavos), nestes termos fica VSa., notificado para que, no prazo máximo e improrrogável de **15 (quinze) dias** contados da data da publicação da presente, efetue o pagamento do débito em aberto, sob pena de não o fazendo, sujeitar-se a aplicação das medidas legais cabíveis, inclusive rescisão automática do instrumento, após o decurso do prazo sem a purga da mora.